



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

11 de Setembro 2014



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Estado	Data: 11/09/2014
Assunto: Educação		Página: 20

Notícias do Dia

Redes estadual e municipais

A Secretaria de Estado da Educação e a Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação) de Santa Catarina irão unificar o calendário escolar de 2015 das redes pública estadual e municipais de ensino. A decisão foi tomada

em reunião realizada ontem. Com o calendário unificado, um contingente de 60 mil professores inicia o ano letivo dia 4 de fevereiro para planejamento anual, enquanto cerca de 1,1 milhão de alunos começam as aulas

unificam calendário escolar

dia 9 do mesmo mês. Na reunião, também foi anunciado o cronograma de matrículas para 2015. A rematricula será de 20 a 24 de outubro deste ano, enquanto o cadastro de alunos novos ficou para 3 a 10 de novembro.

Participaram do encontro o diretor de Apoio ao Estudante, Osmar Mattioli, a diretora de Educação Básica e Profissional, Marilene Pacheco, a presidente da Undime, Astritt Tozzo, e o diretor executivo da entidade, José Emanuel Andra-

de. Para cumprir a legislação que determina o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas-aula, o encerramento do ano letivo 2015 está previsto para 22 de dezembro, com o recesso escolar para os estudantes de 18 de julho a 02 de agosto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Estela Benetti	Data: 11/09/2014
Assunto: Educação		Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

ALERTA SOBRE IMPOSTOS NA EDUCAÇÃO

Depois das baixas notas dos estudantes brasileiros no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e da informação da OCDE de que o Brasil gasta anualmente, por aluno, R\$ 6.745, que é apenas um terço do valor médio de R\$ 20.230 das nações desenvolvidas, o Conselho Estadual dos Jovens Empreendedores (Cejesc) faz um amplo alerta neste sábado sobre a pesada

carga tributária que incide sobre produtos para educação. Será no Feirão do Imposto realizado em 40 cidades do Estado, que tem também entre os pontos fortes a distribuição de combustível sem os impostos.

Segundo a presidente do Cejesc, Liandra Nazário Nobrega, a lista tem mais de 20 produtos. Itens como agenda escolar, apontador e borracha pagam 43,19% de impostos, o lápis tem carga de 34,99% e o

caderno grande (universitário), de 34,99%. Liandra Nazário informa que durante as manifestações também serão recolhidas assinaturas para levar as propostas do Movimento Brasil Eficiente (MBE) para votação no Congresso. Elas sugerem medidas como a expansão do gasto público um pouco abaixo da alta do PIB para que seja possível reduzir a carga tributária. O Cejesc reúne 1,3 mil empresários e tem o apoio da Facisc.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 10/09/2014
Assunto: Educação nutricional		Página: online

DIÁRIO CATARINENSE

Educação nutricional nas escolas da rede estadual

Em parceria com empresas responsáveis pelo fornecimento de merendo escolar na rede pública de ensino estadual, a Secretaria de Educação está lançando o programa Educação Nutricional. A proposta é informar crianças e adolescentes sobre alimentação adequada a partir de atividades lúdicas. Uma delas é a realização de um concurso de redação em que os alunos escreverão sobre o tema “Contando Histórias: A Aventura de Arroz e Feijão”, colocando no papel as informações aprendidas com o projeto, promovida pela empresa Risotolândia, uma das empresas que atendem a merenda terceirizada.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 11/09/2014
Assunto: Calendário		Página: 25

DIÁRIO CATARINENSE

Escolas terão calendário único

As escolas públicas municipais e estaduais de Santa Catarina terão um único calendário em 2015. As datas para início e fim do ano letivo e para férias de julho foram divulgadas

ontem. A unificação foi discutida em reunião entre a Secretaria Estadual de Educação e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) de SC. Cerca de 1,1 milhão de alunos dos ensinos fundamental e médio são afetados.

PROGRAMAÇÃO PARA 2015

- Início do ano letivo: 9 de fevereiro
- Recesso de julho: 18 de julho a 2 de agosto
- Fim do ano letivo: 22 de dezembro



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Estela Benetti	Data: 11/09/2014
Assunto: Impostos		Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

ALERTA SOBRE IMPOSTOS NA EDUCAÇÃO

Depois das baixas notas dos estudantes brasileiros no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e da informação da OCDE de que o Brasil gasta anualmente, por aluno, R\$ 6.745, que é apenas um terço do valor médio de R\$ 20.230 das nações desenvolvidas, o Conselho Estadual dos Jovens Empreendedores (Cejesc) faz um amplo alerta neste sábado sobre a pesada

carga tributária que incide sobre produtos para educação. Será no Feirão do Imposto realizado em 40 cidades do Estado, que tem também entre os pontos fortes a distribuição de combustível sem os impostos.

Segundo a presidente do Cejesc, Liandra Nazário Nobrega, a lista tem mais de 20 produtos. Itens como agenda escolar, apontador e borracha pagam 43,19% de impostos, o lápis tem carga de 34,99% e o

caderno grande (universitário), de 34,99%. Liandra Nazário informa que durante as manifestações também serão recolhidas assinaturas para levar as propostas do Movimento Brasil Eficiente (MBE) para votação no Congresso. Elas sugerem medidas como a expansão do gasto público um pouco abaixo da alta do PIB para que seja possível reduzir a carga tributária. O Cejesc reúne 1,3 mil empresários e tem o apoio da Facisc.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Paulo. O PNE especificou que até o ano de 2024 o Brasil haverá de investir na educação o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB). O que não está regulamentado é como os entes federativos vão contribuir para o crescimento do volume de recursos relacionado a educação e quanto a União vai passar para os municípios a ponto de ajudá-los no cumprimento de suas metas. Qualquer tipo de situação que não leva em consideração algo que não está definido no Plano Nacional é colocar um pouco o carro na frente dos bois."

Callegari prevê que se a distribuição dos recursos do PNE não ficar regulamentada antes da edição final do Plano Municipal de Educação o texto deixe em aberto a questão do financiamento.

"Se não ficar rapidamente resolvido qual é a parte que cabe à cidade de São Paulo em relação ao esforço do Brasil em matéria de aumento da quantidade de recursos para educação, é possível que nós tenhamos que deixar essa chave, este ponto, com alguma flexibilidade. Enfim, vamos ver", afirmou.

Segundo o secretário, "vai ficar sempre uma interrogação" porque não se sabe quando vai ficar regulamentado o processo relacionado ao financiamento da educação nacional. "O que nós sabemos é que no Plano Nacional de Educação já há um compromisso do governo federal em relação aos royalties do petróleo. Não sabemos como serão divididos ainda. Se vai ser pelo sistema de repartição de recursos do Fundeb ou se será por outro sistema. O que sei é que temos neste ano R\$ 4 bilhões em royalties do petróleo que já foram arrecadados pelo governo federal. Como esse recurso vai como para os entes federativos? Não sabemos ainda."

Callegari diz que boa parte do que deve conter o Plano Municipal de Educação deve ser elaborado em torno do pressuposto de financiamento que já hoje existe (recursos do Fundeb e a obrigação legal do município de aplicar 31% de sua receita na educação lato sensu e 25% na educação strictu sensu).

"Tem um suporte de investimento na educação que permite que a gente avance em muitas questões relacionadas à qualidade da educação, ampliação do atendimento. Existe hoje uma fila com 130 mil crianças aguardando uma vaga em creche em São Paulo. Veja como é necessário equilibrar. Nós precisamos contratar professores, fazer escola. Tomar uma série de providências para atender uma necessidade básica das famílias e temos que ter muita responsabilidade quando falamos em diminuir o número de crianças por sala de aula. Isso tem de ser feito de maneira coordenada com o atendimento das crianças também. Não posso começar a desatender crianças por causa de um pressuposto, uma iniciativa isolada", afirmou.

Vespoli afirma que o plano contempla demandas apresentadas pelos movimentos sociais. "A gente fez um substitutivo praticamente novo e acabou implementando várias outras questões que não estavam no plano. A gente está mais em sintonia com os movimentos sindicais que lutam por uma educação de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

qualidade. Nós não estamos inventando a roda", afirmou.

Linhas gerais

Callegari afirma, em relação ao texto original, que o PME não deve se limitar a um plano da Prefeitura, mas envolver os governos estadual e federal, além de instituições privadas e públicas de ensino. "É claro que a secretaria municipal de educação tem que participar, tem que se comprometer, mas não pode ser só ela, sob pena de ser um plano capenga, um plano que não contemple todos os atores com responsabilidades educacionais na cidade e possivelmente nem todos os segmentos educacionais que habitam a cidade de São Paulo."

O secretário afirma que, em sua visão, o PNE deve definir que São Paulo precisa se transformar em uma cidade educadora. "A cidade de São Paulo só será reconquistada pelo seu próprio cidadão se esse cidadão tiver capacidade de compreendê-la, de se apropriar coletivamente da própria cidade. Deve ser o eixo central da proposta do PNE. Por isso não pode ser o PNE da Prefeitura. Tem de ser um plano de todos."

O secretário também destaca que na sublinha dessa primeira questão, a prioridade maior deve ser que a educação não só seja direito de todos mas que tenha qualidade. "Nós temos uma preocupação muito grande porque a qualidade da educação pública apresentada na cidade de São Paulo durante muito anos não fazia jus ao tamanho e ao potencial da cidade de São Paulo. No último dado do Ideb, de dois anos atrás, em relação ao ensino fundamental, a cidade de SP ficou em 35º lugar entre os 39 municípios da região metropolitana de São Paulo", afirmou.

Tramitação

Vespoli reclama que a gestão Haddad dá pouca atenção ao tema, no momento em que são realizadas as audiências públicas sobre o projeto. "A todo momento nós pensamos em criar uma relação mais forte com o executivo. Precisaríamos de dados mais precisos e quem tem esses dados, queira ou não queira, é o Executivo", afirmou.

Callegari afirma que a Secretaria Municipal de Educação está totalmente à disposição para o fornecimento de dados, informações, estatísticas, elementos que permitam uma reflexão bem posicionada a respeito das propostas. "Até agora não fomos demandados de nada. De nenhuma informação. Não só pela Câmara. Tem sempre representantes da secretaria nestas audiências públicas. Estamos nos posicionando agora apenas como observadores. Não temos um plano B secreto que depois será apresentado", afirmou.

Callegari afirma que a proposta pode ser aprovada ainda neste ano. "Vai depender muito de como esse



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

substitutivo que está sendo trabalhado lá fique pronto e como ele será apresentado. Evidentemente que o governo municipal tem uma voz grande, até pelo tamanho de sua responsabilidade. O governo estadual também tem papel grande na cidade de São Paulo e nós vamos ter que avaliar o que vem. Se for o caso, a partir dessas propostas, estabelecer o debate. Se ele já vier redondo em relação ao pensamento e possibilidade dos governos municipal, estadual e federal ele poderia ser votado neste ano. Nós temos pela definição do Plano Nacional de Educação até o final do mês de junho de 2015 para aprová-lo."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 11/09/2014
Assunto: Inglês sem fronteira		Página: Online



MEC prorroga prazo de inscrição no Inglês sem Fronteiras

O Ministério da Educação prorrogou até as 12 horas da próxima segunda-feira (15) o prazo para as inscrições nos cursos presenciais gratuitos de inglês, do Programa Inglês sem Fronteiras. O prazo terminaria hoje (11). As inscrições são feitas exclusivamente pela internet.

São oferecidas 6.045 vagas, em 43 universidades federais, a estudantes de nível superior - graduação, mestrado ou doutorado - com matrícula ativa nas universidades federais credenciadas como núcleos de línguas. Precisa ser estudante ativo no curso My English, cuja inscrição tenha sido validada até 48 horas antes da inscrição no núcleo de línguas, e ter concluído até 90% do total de créditos da carga horária do curso.

Terão prioridade os alunos de graduação de cursos das áreas do Programa Ciência sem Fronteiras: ciências exatas, matemática, química e biologia, engenharias, áreas tecnológicas e de saúde. Também podem concorrer às vagas os estudantes que tenham concluído até 80% da carga horária total do curso em andamento, bem como bolsistas ou ex-bolsistas do Programa Jovens Talentos para a Ciência, de qualquer curso de graduação.

A inscrição será confirmada por e-mail, e as aulas começam no dia 22 de setembro. A carga horária presencial é quatro aulas de uma hora, cada, distribuídas em pelo menos dois encontros semanais, em locais e horários definidos pela universidade credenciada. Não há cobrança de taxa de inscrição, mas o candidato classificado deverá adquirir o material didático.

Continuam abertas as inscrições para a aplicação diagnóstica Toefl/ITP (test of english as a foreign language/integral transformative practice, ou teste de inglês como língua estrangeira/prática transformadora integral) por meio do Programa Inglês sem Fronteiras. Os exames Toefl/ITP são voltados para alunos de graduação, mestrado e doutorado das universidades federais, institutos federais e universidades estaduais credenciadas.

Também podem participar servidores e professores das universidades federais e dos institutos federais, alunos de centros de pesquisa cadastrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e alunos candidatos a editais do Programa Ciência sem Fronteiras. As inscrições estão abertas até 24 de novembro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Inglês sem Fronteiras foi lançado em dezembro de 2012, com o objetivo de melhorar o nível de proficiência dos estudantes em inglês e aumentar a participação no Programa Ciência sem Fronteiras, que oferece bolsas de estudo em universidades estrangeiras.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: MEC	Editoria: Educação	Data: 10/09/2014
Assunto: Jovem Aprendiz	Página: Online	



Programa incluirá jovem aprendiz em pequenas e microempresas

Os ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa lançaram nesta quarta-feira, 10, o Pronatec Aprendiz na Micro e Pequena Empresa, voltado à ampliação da participação dos jovens no mercado de trabalho.

O programa vai utilizar as vagas já existentes no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para a formação profissional, articuladas com a oferta de postos de estágio, a partir de um cadastro de empresas interessadas em participar do programa que será organizado pelo Ministério do Trabalho. As adesões das empresas iniciam nesta quinta-feira, 11, pela página Mais Emprego.

“Estamos promovendo o casamento entre os interesses das pequenas e microempresas e os interesses do país, ao colocar mais jovens no mercado de trabalho”, afirmou o ministro da Educação, Henrique Paim. Ele destacou que a articulação para a oferta de vagas casadas de estágio e de formação profissional já está encaminhada em 17 estados brasileiros.

Serão contemplados jovens de 15 a 24 anos, matriculados no ensino regular ou que tenham concluído o ensino médio. As empresas que aderirem ao programa



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

deverão pagar um salário mínimo mensal aos jovens, que terão jornada de trabalho de quatro a seis horas diárias. Além disso, deverão recolher contribuição de 2% ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em vez do percentual usual de 8%. Não é necessário o pagamento de verba rescisória ao final do contrato, que tem duração máxima de dois anos. A qualificação será por meio do Pronatec, cujos cursos são gratuitos.

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, destacou que a importância do programa está em atingir a juventude, segmento que precisa de oportunidades para acessar o mercado de trabalho. "Pesquisa do ministério aponta que 82% dos jovens aprendizes permanecem no mercado de trabalho após o final dos contratos", afirmou.

Além disso, o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, lembrou que o programa terá grande alcance, pois as pequenas e microempresas correspondem a 97% do total de empresas em operação no país. Até então, somente as grandes e médias tinham obrigação de contratar aprendizes, com incentivos. Agora, os mesmos incentivos foram estendidos às empresas menores, que terão a oportunidade de aderir ao programa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: MEC	Editoria: Educação	Data: 10/09/2014
Assunto: Educação		Página: Online



Ministro diz que só educação pode combater desigualdade

O ministro da Educação, Henrique Paim, disse nesta quarta-feira, 10, que somente pela educação será possível promover mudanças no país e inverter a situação de desigualdade. Ao lado da ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, Paim participou da abertura do 1º Simpósio de Avaliação da Lei de Cotas.

Os resultados qualitativos e quantitativos da aplicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, estão em debate no simpósio, que se estenderá até a tarde de quinta-feira, 11, no Ministério da Educação, em Brasília.

O ministro destacou a política afirmativa na área educacional como uma necessidade para o país. “Pela educação é que podemos mudar este país e inverter essa situação de desigualdade”, disse. “A desigualdade educacional deve ser combatida.” Paim reconheceu que existe no país uma dívida educacional. “Não implica um atendimento diferenciado para quem tem o registro da desigualdade, mas garantir o acesso nas mesmas condições daqueles que não passam por esse processo.”

De acordo com o ministro, essa dívida precisa ser combatida com ações



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

afirmativas. “O Plano Nacional de Educação estabelece metas de acesso à educação superior, de equidade e qualidade”, disse. “Essas metas são acompanhadas pela determinação, em lei, da destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% dos recursos do fundo social do pré-sal para a educação.”

Para a ministra Luiza Bairros, o simpósio representa uma oportunidade de avaliar o alcance da política afirmativa nas possibilidades de inclusão e democratização do acesso à educação superior no Brasil por estudante de escola pública, negros e indígenas. “Procuramos fazer das ações afirmativas um instrumento de política pública capaz de provocar as mudanças”, disse.

Reserva — A Lei de Cotas trata da reserva de vagas em universidades federais e em instituições federais de ensino técnico e profissionalizante. Ela estabelece que no mínimo 50% das vagas nessas instituições serão destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio na rede pública, com implementação progressiva no prazo de quatro anos, 25% a cada ano. Determina ainda que no mínimo 50% das vagas do ensino médio técnico federal destinam-se a estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental na rede pública, também com implementação progressiva no prazo de quatro anos, 25% a cada ano. Por fim, as vagas reservadas serão preenchidas, por curso e turno, no mínimo na proporção de pretos, pardos e indígenas do último censo demográfico.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 11/09/2014
Assunto: Vagas Vestibular		Página: Online



Udesc reserva vagas do vestibular para candidatos negros e da rede pública

10/9/2014 18:57:00

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) está com inscrições abertas até 3 de outubro para o Vestibular de Verão 2015, com 1.289 vagas em 49 cursos gratuitos de graduação, oferecidos em 11 unidades. Desse total de vagas, 30% de cada curso estão reservadas para duas modalidades de cotas, por meio do Programa de Ações Afirmativas.

Uma delas é para candidatos da rede pública, com 20% das vagas por curso. A partir deste vestibular, a Udesc exigirá somente ensino médio cursado integralmente na rede pública para essa cota. Nas edições anteriores, a universidade tinha determinado, como requisito, ensino fundamental e ensino médio integrais na rede pública.

A mudança foi aprovada pelo Consuni em julho deste ano, conforme consta na Resolução nº 044/2014, que altera a redação de três artigos da Resolução 017/2011.

A outra modalidade de cota da Udesc é para candidatos negros, que têm direito a 10% das vagas de cada curso.

Enem

As vagas oferecidas no Vestibular de Verão 2015 representam 75% do total de vagas da Udesc, pois as demais serão preenchidas pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Os únicos cursos que oferecem 100% das vagas pelo vestibular são Teatro e os de Música (Licenciatura e Bacharelado), que exigem também uma prova prática, de habilidade específica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Provas

As provas serão aplicadas em 16 de novembro, das 9h às 12h30 e das 15h às 19h30, em oito cidades de SC: Balneário Camboriú, Chapecó, Florianópolis, Ibirama, Joinville, Lages, Laguna e São Bento do Sul. A confirmação dos locais será divulgada a partir de 27 de outubro.

Na parte da manhã, os candidatos terão de responder 50 questões objetivas, sendo 14 de Biologia, 14 de Matemática, 14 de Português e oito de Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). À tarde, haverá redação sobre atualidades e conhecimentos gerais, além mais 50 questões objetivas: 14 de Física, 14 de Química, 11 de História e 11 de Geografia.

A lista dos classificados em primeira chamada será divulgada até 10 de dezembro na Reitoria da Udesc, em Florianópolis, e no site do vestibular. A matrícula deverá ser feita em fevereiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 11/09/2014
Assunto: Plano Municipal de Educação		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Plano Municipal de Educação de SP prevê turma menor e redução de CEIs

**Proposta em discussão na Câmara de SP deve ser aprovada até junho.
Para secretário, meta sem financiamento é colocar carro à frente dos bois.**

Relator do Plano Municipal de Educação (PME) em elaboração na Câmara Municipal de São Paulo, o vereador Toninho Vespoli (Psol) propôs aumento de verba destinada ao ensino, redução progressiva do número de alunos por sala de aula, padrões mínimos de qualidade de ensino e reversão progressiva dos Centros de Educação Infantil (Ceis).

O texto em tramitação deve ser aprovado até junho de 2015. O secretário municipal de Educação, César Callegari, não tem certeza de que até lá esteja regulamentada a parte do Plano Nacional de Educação que definirá quanto vai caber a São Paulo dos recursos dos royalties do petróleo. Ele diz que não levar em conta esses aspectos "é colocar o carro à frente dos bois."

O texto de Vespoli substituirá o a versão original do Plano Municipal de Educação (PME) enviada à Câmara em 2012 pelo então prefeito Gilberto Kassab (PSD). O Plano Nacional de Educação, sancionado em junho de 2014 pela presidente Dilma Rousseff, foi transformado na Lei 13.005. Ele define que as cidades têm até um ano para sancionar seus planos municipais de educação. O PME paulistano, que pode ser aprovado até junho de 2015, deverá ter validade de dez anos. Ele é uma lei de natureza orientativa, que não prevê sanções ao administrador que não cumpri-las.

Callegari diz que o governo acompanha de perto a discussão em torno do projeto de Vespoli e não tem um plano B secreto alternativo ao dele. Mas deixa claro que além de pensar em metas quantitativas é necessário verificar o financiamento dessas propostas, algo que ainda depende da regulamentação do Plano Nacional de Educação.

"Acabamos de ter aprovado no Brasil o PNE. Tem uma série de questões que precisam ser atualizadas, mas uma delas chama atenção, que é a questão do financiamento da educação no município de São